

## A PENETRAÇÃO PORTUGUESA DO MÉDIO E ALTO RIO NEGRO

*“Existem relatos que informam sobre a quantidade considerável de escravos indígenas levados do Rio Negro ainda no século XVII. Até o final desse século, os jesuítas estabeleceram ali algumas missões, primeiro temporárias e, depois, permanentes, a partir de 1690 até 1692. Tais missões, na verdade, eram resultado de viagens de tropas de resgate, como a de 1689, feita por André Pinheiro, acompanhada pelo jesuíta João Maria Garzoni. A partir de 1695, com a “repartição das aldeias”, o Rio Negro ficou sob o domínio da ordem carmelita, que aproveitou os aldeamentos jesuítas e os expandiu ao longo dos primeiros séculos (...).”*

(FOIRN / ISA, *Povos Indígenas do Rio Negro*, 3ª edição, 2006)

As margens do Rio Negro eram, assim, densamente povoadas por diferentes nações indígenas até meados do século XVIII. A escravização dos índios ali assumiu proporções gigantescas. Mas não foi sem resistência que isso aconteceu. Os índios Muras, da foz do rio Madeira, durante muito tempo impediram o avanço dos portugueses por aquela região. Por outro lado, os Manaos, cujo chefe era o cacique Ajuricaba, passam a fazer frente ao avanço português no Rio Negro:

*“Em 1720, os portugueses começam a falar do tuxaua Ajuricaba, a maior personalidade indígena da história da Amazônia. No começo, ele não hostilizou os portugueses. (...) Rapidamente, ele foi unindo as diversas tribos sob uma confederação tribal, o que não era uma tarefa fácil. A estrutura social das tribos da Amazônia, por uma opção histórica, rechaçava qualquer tipo de poder centralizador. Daí a pulverização dos povos indígenas, que os fez presa fácil para os invasores europeus. Poucas foram as experiências de confederação entre os índios em todo o continente americano, mas Ajuricaba logrou unir as mais de trinta nações do Vale do Rio Negro, em aproximadamente quatro anos de persuasão.”* (Souza, op. cit., 141)

Os Manaos e seus aliados eram acusados de terem fortes ligações com os holandeses:

*“Ajuricaba, o principal chefe Manao, em claro desafio à soberania dos portugueses na região, carregava na sua canoa uma bandeira holandesa. (...)”*

*Os Manaos se encorajaram a manter a supremacia no médio Rio Negro, visto que eram muito superiores numericamente aos seus rivais portugueses na região e também porque o comércio com os holandeses era mais vantajoso, ainda que fosse intermediado por outros povos. A procura por escravos pelos portugueses era muito maior do que os Manaos poderiam atender, ao mesmo tempo em que as mercadorias oferecidas em troca eram piores que aquelas que eles conseguiam no Rio Branco, de procedência holandesa.*

*Bem armados, com armas holandesas e também com as que haviam recebido no comércio com os traficantes de escravos clandestinos do Pará, os Manaos enfrentavam os portugueses, atacando missões do Rio Negro e levando como prisioneiros os índios aldeados.*

*Diante dessa situação, (...) e, sobretudo, da falta crônica de mão-de-obra escrava em Belém (devido às epidemias que assolaram a região em 1724-25), o governador declara “guerra justa” dos portugueses contra os Manaos. Chegou a solicitar tropas de Lisboa para o Rei, não sendo, porém, atendido. Ajuricaba foi, então, capturado e, rebelando-se contra a prisão no barco que o transportava para Belém, acabou jogando-se com todos os ferros ao rio, onde morreu afogado. Com esse ato, Ajuricaba passou a ser considerado, mesmo por seus inimigos portugueses, como um herói. (...)”*

A extrema violência contra os índios, promovida pelo governo do Grão-Pará e Maranhão, fez a população indígena do Médio Rio Negro diminuir muito até 1730. Os que não morriam, fugiam para outras partes do vale.

*“Foi dessa forma, por meio de massacres e violências, que os portugueses abriram passagem, finalmente conseguindo alcançar a região do Alto Rio Negro e de seus principais afluentes, como o Uaupés, o Içana e o Xié, ainda muito povoados e praticamente não atingidos pelos brancos. Nesse período, os carmelitas - que chegaram a apoiar a guerra contra os Manaos - instalaram aldeamentos até o Alto Rio Negro (...). Documentos existentes no Arquivo Público do Pará, sediado em Belém, por exemplo, comprovam que, no período entre 1739-1755, foram trazidos como escravos do Rio Negro para Belém índios Baniwas, Makus, Barés, Manaos, Tukanos, entre outros.”*

Além da escravização, que fazia a população de índios decrescer no vale, também as epidemias de varíola e sarampo dizimaram milhares deles entre 1740 e 1765.

### A era de Pombal

Em 1750 sobe ao trono de Portugal D. José I. Seu poderoso ministro Sebastião de Carvalho, o Marquês de Pombal, passa a aplicar uma política econômica e social que afetaria profundamente a história da Amazônia brasileira.

Nesse mesmo ano era assinado o Tratado de Madrid para redefinir as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, entre os impérios português e espanhol na América.

Era o século do Iluminismo. Da França, filósofos burgueses passam a difundir ideias que atentavam contra o absolutismo real. Novas elaborações teóricas sobre o homem e sobre o mundo começavam a estabelecer os contornos da idade contemporânea, cujo marco simbólico foi a Queda da Bastilha, em 1789, durante a Revolução Francesa.

Pombal foi um “déspota esclarecido”, isto é, estava cômico de que era preciso fazer concessões às tendências dos novos tempos, modernizar a sociedade e a economia portuguesas e, ainda, manter coeso o império. Neste, a Igreja tinha imenso poder e o peso da religião emperrava o desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, Pombal nomeia seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para governador do Estado do Maranhão e Grão Pará (1751-1759). Esse governador, juntamente com seu poderoso irmão, iria promover a secularização da administração colonial. Empenhado na questão da demarcação das novas fronteiras entre os dois impérios, ele percorreu muitas partes da Amazônia. Enquanto isso, por razões estratégicas de Estado, substituiu os nomes indígenas dos povoados das suas margens e atribuía-lhes nomes portugueses. Foi assim que, na Amazônia, dezenas de vilas passaram a ter nomes de cidades portuguesas: *Bragança, Alenquer, Faro, Óbidos, Santarém, Pombal* etc. O aldeamento de Mariuá, no Médio Rio Negro, passou a chamar-se *Barcelos*. Esta seria a sede da Capitania do Rio Negro, criada em 1757, a conselho do governador.

O projeto da metrópole era ampliar o uso da língua portuguesa, fortalecer o Estado, inserir os índios na sociedade colonial e enfraquecer a Igreja, principalmente a sua principal ordem religiosa, a Companhia de Jesus.

As fronteiras do Estado do Brasil também eram redesenhadas com o Tratado de Madrid. Portugal, por ele, abriu mão de sua outra colônia na América do Sul, a colônia do Santíssimo Sacramento. Receberia, em troca, áreas do império espanhol em que os padres jesuítas haviam estabelecido as suas famosas missões entre os Guaranis. Recusando-se a deixar o território dos Sete Povos das Missões, jesuítas lutam ao lado de índios guaranis pela defesa daquela região e para que ela permanecesse em mãos da Companhia de Jesus. A *Guerra dos Guaranis* levaria o Estado português a se tornar cada vez mais hostil aos jesuítas. Assim,

*“O decreto do dia 6 de junho de 1755 retirou o poder temporal dos missionários. Suas atividades foram seriamente afetadas pela política do Marquês de Pombal. Eles perderam o controle da administração das aldeias, que então passaram a ser dirigidas por colonos, civis ou militares, que também ganharam o título de “diretores dos índios”. Os missionários foram, todavia, autorizados a ficar nos povoados para prosseguir o trabalho de catequese e convencimento dos índios das cabeceiras dos rios e dos igarapés a virem se instalar nessas aldeias do médio e baixo Rio Negro. Ainda assim, ocorreu um sensível declínio do trabalho missionário. (...)”*